



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na quarta-feira		Últimos		Comercial, venda na quarta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,7%	0,98%	168.619	168.453			R\$ 5,107	11/junho 5,101	R\$ 1.621		R\$ 5,873	14,40%	14,22%	Dezembro/2025 0,33				
São Paulo	Nova York	12/6	15/6	16/6	17/6	(+0,41%)	12/junho 5,061						Janeiro/2026 0,33				
							15/junho 5,066						Fevereiro/2026 0,70				
							16/junho 5,086						Março/2026 0,88				
													Abril/2026 0,67				

POLÍTICA MONETÁRIA

Copom reduz juros pela 3ª vez seguida

Apesar de piorar as projeções para a inflação deste ano e do próximo, Banco Central reduz taxa Selic para 14,25% ao ano

» ROSANA HESSEL

Apesar de piorar as projeções para a inflação deste ano e sinalizar que a convergência para a meta ocorrerá apenas em 2028, o Banco Central manteve o ciclo de afrouxamento monetário e decidiu, ontem, por unanimidade, reduzir a taxa básica da economia (Selic) em mais 0,25 ponto percentual, para 14,25% anuais.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, em mais uma superquarta do mercado financeiro, o Federal Reserve (Fed), decidiu, por unanimidade, manter os juros básicos no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano e fechou a porta para cortes neste ano. O corte de 25 pontos-base na taxa Selic era esperado pela maioria dos agentes do mercado, mas, apesar dessa redução nos juros básicos, o Brasil passou para a liderança do ranking global de juros reais (descontada a inflação), conforme levantamento feito pela Lev Intelligence e MoneYou, ultrapassando a Rússia, que era a líder do ranking. Considerando a inflação projetada para os próximos 12 meses, o juro real brasileiro passa para 9,67% anuais, enquanto o da Rússia, em segundo lugar (antes ocupado pelo Brasil), ficou em 9,33% ao ano. A média geral dos 40 países listados no ranking foi de 1,65%.

No comunicado divulgado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) quase 30 minutos após o horário habitual, o Banco Central brasileiro afirmou que a decisão foi adequada e sinalizou que pode continuar mantendo a “calibragem” gradual, mas não deixou muito claro qual será o tamanho desse ciclo de afrouxamento monetário que foi iniciado em março. Apenas informou que pretende aguardar mais informações.

Na nota, o Copom reconheceu que o ambiente externo “permanece incerto em função da indefinição sobre os termos do acordo para cessar os conflitos armados no Oriente Médio e as consequências dos efeitos já materializados desses conflitos até o momento, com reflexos nas condições financeiras globais”.

Enquanto isso, no cenário doméstico, apesar de admitir preocupação com a persistência inflacionária, informou que “o conjunto dos



indicadores mostra aceleração da atividade econômica no primeiro trimestre do ano” e o mercado de trabalho “ainda com sinais de resiliência”. “No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma seriedade e cautela na condução da política monetária”, reforçou o comunicado. “O Comitê avalia que trajetórias alternativas garantindo a convergência da inflação à meta no primeiro trimestre de 2028, o horizonte relevante a partir de sua próxima decisão, são compatíveis com a suavização na variação dos agregados macroeconômicos”, complementou.

Na avaliação de analistas, o Banco Central deu uma sinalização de que reconheceu o aumento dos riscos inflacionários e precisará incluir elementos além do

efeito da guerra no Oriente Médio e de reconhecer que a economia continua aquecida. Não à toa, o BC piorou as projeções para a inflação oficial, elevando de 4,6% para 5,2% a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, e revisou de 3,5% para 3,7% a taxa do indicador para o quarto trimestre de 2027, o chamado horizonte relevante, que está acima do centro da meta de 3%.

Para o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani, o fato de o BC ter sinalizado na comunicação de que está olhando para um horizonte mais longo, chamou a atenção. “A comunicação traz um elemento novo que é o alongamento do horizonte de projeção do Banco Central. Ele agora está olhando

para 2028, e isso sugere que ele pode continuar cortando a taxa de juros, porque, a médio prazo, a inflação converge”, explicou. Segundo ele, será preciso aguardar para ter mais informação. “E parece que será isso que o BC vai fazer, porque está dependendo de dados. Vamos ter que aguardar”, acrescentou.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, também reconheceu que o BC passou a olhar para 2028, porque 2026 e 2027 já se perderam. “Essa sinalização do Banco Central mostra que vai ser difícil para uma taxa de juros nesse patamar conseguir trazer a inflação para a meta no ano que vem. E o BC coloca um pouco dessa percepção de risco para a economia como um todo”, avaliou Vale, lembrando

Ajuste gradual

O Banco Central cortou a taxa básica da economia (Selic), pela terceira reunião seguida, para 14,25% ao ano, mas piorou a projeção para a inflação deste ano e do próximo

Cenário pior

Perspectiva do Banco Central para a inflação oficial

Período	2026	4tri2027
Copom de abril	4,6%	5,2%
Copom de junho	3,5%	3,7%

Ranking global

Listagem das principais economias com os maiores juros reais do mundo elaborada pela Lev Intelligence e MoneYou coloca o Brasil no topo, mesmo após corte de juros

Classificação	País	Juro real*
1	Brasil	9,67
2	Rússia	9,31
3	Turquia	5,57
4	México	5,10
5	África do Sul	3,74
6	Indonésia	3,31
7	Colômbia	3,17
8	Hungria	3,02
9	Polônia	2,61
10	Chile	2,43
12	Índia	2,19
17	China	1,19
29	Estados Unidos	0,33
39	Argentina	-1,05
40	Japão	-1,75
Média Geral		1,65

*Ex-ante—taxa de juros descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses

Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence

que o Copom evitou mencionar o aumento dos riscos fiscais no cenário atual e que pode prejudicar a condução da política monetária. Na avaliação dele, esse cenário de juros mais altos será bastante complicado para a economia crescer. “Teremos três anos de juros acima de 10% anuais. Isso vai ter repercussões econômicas importantes em 2027, que está caminhando para ser um ano de crescimento baixo, de fato, por conta desse cenário de desaceleração”, explicou.

Rafael Pastorello, gerente de portfólio do Banco Sofisa, lembrou que a decisão do Copom não era consenso entre os agentes de mercado, mas, ainda assim, o movimento foi aprovado de forma unânime pelos diretores do BC. Além disso, recordou que

o comunicado reforçou a condução da política monetária guiada por dados, ao destacar que “o Comitê reafirma que a magnitude total do ciclo de calibração será estabelecida à luz de novas informações, visando assegurar a convergência da inflação à meta”.

Na avaliação de Rafael Cardoso, economista-chefe do Daycoval, o comunicado deixa “a entender que ainda há espaço para flexibilização da política monetária”. Ele aposta em novos cortes de 0,25 ponto percentuais ao longo do ano até que a taxa Selic encerre dezembro em 13,25% anuais. “O BC reconhece uma piora do cenário, mas pondera que, a despeito disso, dado o alto grau de aperto dos juros, ainda tem espaço para seguir com algumas flexibilizações”, disse.

Setor produtivo alerta sobre riscos

Entidades do setor produtivo elogiaram o fato de o Banco Central reduzir a taxa básica da economia (Selic), para 14,25% ao ano, mas demonstraram preocupação com o fato de o governo ter aumentado os gastos fiscais com estímulos para a atividade, porque isso atrapalha o trabalho do BC na condução da política monetária, e exige juros cada vez mais altos para conter as pressões inflacionárias.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o nível dos juros segue em patamar restritivo, penalizando a capacidade de investimentos e a competitividade do setor produtivo. E, segundo a entidade, o fortalecimento da credibilidade fiscal é fundamental para garantir a

continuidade do processo de flexibilização monetária de forma estruturada e crível. “Somente com harmonia entre a política fiscal e monetária será possível atrair investimentos e aumentar a produtividade e a competitividade do setor industrial”, destacou o economista-chefe da Firjan, Jonathas Goulart.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) reconheceu a queda de juros como positiva para atividade, mas demonstrou preocupação com a questão fiscal. “A expansão dos gastos públicos e a adoção de medidas de estímulo à demanda tendem a reduzir a eficácia dos juros como instrumento de controle inflacionário, dificultando um processo mais consistente de redução

da Selic”, alertou. Para a Fiemg, a continuidade de um ciclo sustentável de queda dos juros depende do fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos e do compromisso com a responsabilidade fiscal. “A entidade defende uma estratégia econômica capaz de conciliar controle da inflação, equilíbrio das contas públicas e estímulo à produção. Esse ambiente é fundamental para ampliar os investimentos, aumentar a produtividade e fortalecer a competitividade da indústria brasileira, criando condições para um crescimento econômico mais robusto e duradouro.”

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou que o corte de juros não reverte prejuízos do setor produtivo devido à estagnação

dos investimentos. Segundo a entidade, o novo nível da Selic está 3,1 pontos percentuais acima do patamar de equilíbrio, de 11,1% ao ano, que conseguiria balancear o pleno emprego e o controle da inflação. “Enquanto os juros reais continuam tão elevados, beneficiando diretamente o capital especulativo, o custo do crédito vai seguir inviabilizando os planos de produção e expansão da indústria. Da mesma forma, a medida se mostra ineficaz em aliviar o orçamento das famílias, das empresas e do próprio governo, que seguirão estrangulados pelo serviço da dívida, adiando a retomada do consumo e do investimento e a superação do fantasma da inadimplência”, disse o presidente da CNI, Ricardo Alban, em nota.

Youse Youse Seguradora S.A.

CNPJ/ME nº 24.856.160/0001-03 - NIRE/DF 53.3.0001900-2

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 15/05/2026

Realizada eletronicamente aos 15/05/2026, às 14h30, considerando-se realizada a partir da sede da Companhia. Presença: Manifestou-se a totalidade dos membros do Conselho. Mesa: Presidente: Eduardo Fabiano Alves da Silva; e Secretária: Simara Rodrigues Andrade da Costa. Deliberações: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, sem quaisquer ressalvas, manifestou-se conforme segue: 1. Substituição de membro da Diretoria Executiva da Companhia: Em razão da reorganização interna das funções executivas da Companhia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a eleição do Sr. Jorge Edgar Pires Alves, CPF/ME nº 148.970.038-22, ao cargo estatutário de Diretor de Riscos e Controles Internos da Companhia, em substituição à Sra. Leticia de Oliveira Doherty, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria Executiva, ou seja, até a Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2026, nos termos do material vinculado à reunião e arquivado na sede da Companhia. Os Conselheiros tomaram conhecimento que o Diretor acima qualificado preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/21 e na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições aplicáveis. O Diretor declarou, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades empresárias ou administração de sociedades empresárias, bem como não estar impedido para o exercício da atividade mercantil ou ter sido condenado a penas que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. O Diretor será empossado em seu respectivo cargo após o cumprimento de todos os preceitos estipulados na Resolução CNSP nº 422/21 e demais disposições legais aplicáveis. Considerando a deliberação do Conselho de Administração, a composição da Diretoria Executiva da Companhia e as suas respectivas designações regulatórias ficaram definidas abaixo: Diretoria Presidente - Sra. Sany de Jesus Mota Silveira; Diretor Financeiro - Sr. Marco Antônio Barbosa Pires; Diretor de Riscos e Controles Internos - Sr. Jorge Edgar Pires Alves; e Diretor sem designação específica - vago. - Sra. Sany de Jesus Mota Silveira, Diretora Presidente, com as seguintes funções: (a) Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos do art. 22 da Resolução CNSP nº 431/21; e (b) Diretora responsável pelas relações com a SUSEP, nos termos do art. 54, §1º, da Circular Susep nº 700/2024. - Sr. Marco Antônio Barbosa Pires, Diretor Financeiro, com as seguintes funções: (a) Diretor responsável técnico, nos termos do art. 21, inciso V, da Resolução CNSP nº 422/2021 e do art. 3º, inciso II, da Resolução CNSP nº 432/2021; (b) Diretor responsável administrativo-financeiro, nos termos do art. 54, §2º, da Circular Susep nº 700/2024; (c) Diretor responsável pela Contabilidade, nos termos do art. 3º, inciso III, da Resolução CNSP nº 432/21; (d) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Resolução CNSP nº 383/20, nos termos do seu respectivo art. 13; e (e) Diretor responsável pelo Sistema de Seguros Aberto (Open Insurance), nos termos do art. 31 da Resolução CNSP nº 415/21. - Sr. Jorge Edgar Pires Alves, Diretor de Riscos e Controles Internos, com as seguintes funções: (a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos do art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20; (b) Diretor responsável pelos Controles Internos, nos termos do art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21; e (c) Diretor responsável pela política institucional de conduta, nos termos do art. 12 da Resolução CNSP nº 382/20. Nada mais. Brasília/DF, 15/05/2026. Simara Rodrigues Andrade da Costa, Secretária. Protocolo JUCIS/DF sob o nº DFN2658749795, datado de 10/06/2026. Registro JUCIS/DF sob o nº 3093574, datado de 11/06/2026. Fabianne Raissa da Fonseca, Secretária-Geral.